

CORREIO
ECONÔMICO

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Recursos ficam abaixo da estimativa inicial de R\$ 28 bilhões

Receita prevê arrecadar R\$ 17,2 bilhões com IR sobre dividendos

A arrecadação com o Imposto de Renda sobre dividendos deve somar R\$ 17,2 bilhões este ano, abaixo dos R\$ 28 bilhões previstos inicialmente no Orçamento. A estimativa foi apresentada nesta sexta-feira (24) pela Receita Federal durante a divulgação do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas.

A tributação dos dividendos foi criada para compensar a perda de arrecadação provocada pela ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para contribuintes com renda mensal de até R\$ 5 mil, medida que também tem impacto estimado em R\$ 28 bilhões neste ano.

No primeiro semestre, porém, o desempenho da nova fonte de receita ficou aquém do esperado. De janeiro a junho, a arrecadação somou apenas R\$ 2,2 bilhões.

Com precatórios, previsão de déficit é R\$ 52 bi

A queda na previsão de gastos obrigatórios fez a estimativa total de déficit primário para este ano cair de R\$ 60,3 bilhões para R\$ 52 bilhões.

A previsão consta do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, documento que orienta a execução do Orçamento, enviado nesta sexta-feira (24) ao Congresso Nacional. O déficit primário representa o resultado negativo das contas do governo sem o pagamento dos juros da dívida pública.

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



Execução do Orçamento foi enviado ao Congresso Nacional

Subsídio ao diesel não será retomado

Apesar de o petróleo voltar a se aproximar de US\$ 100 por barril, a equipe econômica não pretende, neste momento, restabelecer a subvenção de R\$ 0,35 por litro do diesel, suspensa no início de julho. A informação foi dada nesta sexta-feira pelo ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, durante a apresentação do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas. Segundo o ministro, a avaliação do governo é que o aumento da cotação do petróleo ainda não provocou impacto suficiente sobre os preços.

Investimento nas Forças Armadas

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, defendeu na sexta o investimento nas Forças Armadas do país, no preparo dos militares e no fortalecimento da defesa nacional. “Quero ela [Forças Armadas] bem preparada do ponto de visto do poderio, do conhecimento científico e tecnológico para que a gente possa andar de cabeça erguida, sem nenhuma arrogância.”, disse.

4 mil produtos afetados I

A nova tarifa adicional de 12,5% imposta pelos Estados Unidos fará com que 3.985 produtos brasileiros passem a enfrentar uma tributação total de 37,5% para entrar no mercado estadunidense, de acordo com levantamento que foi divulgado na última quinta-feira (23) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

4 mil produtos afetados II

Segundo a entidade, a nova medida alcançará US\$ 12,4 bilhões, o equivalente a 29,4% de todas as vendas do Brasil aos EUA. As novas tarifas entram em vigor na sexta. No total, a CNI calcula que 48,7% de todas as exportações brasileiras destinadas aos Estados Unidos passarão a estar sujeitas a algum tipo de tarifa adicional imposta.

Exportações afetadas I

As novas tarifas anunciadas pelos Estados Unidos vão atingir US\$ 6,6 bilhões em produtos brasileiros exportados ao mercado norte-americano, informou na sexta o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Segundo a pasta, a sobretaxa acumulada de 37,5% alcança 16,5% das exportações brasileiras para os EUA.

Exportações afetadas II

A medida resulta da combinação de uma tarifa adicional de 25%, anunciada anteriormente pelo governo do presidente Donald Trump, com uma nova sobretaxa de 12,5%, divulgada nesta quinta-feira. Quando as duas incidem sobre o mesmo produto, a alíquota chega a 37,5%. Entre os itens atingidos estão máquinas e equipamentos.

Bolsa Família

A Caixa Econômica Federal pagou na sexta-feira a parcela de julho do Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 5. Neste mês, o valor médio do benefício está em R\$ 679,19. Os moradores de 175 municípios de seis estados receberam o crédito na segunda, independentemente do número final do NIS.

Dólar: queda semanal

O mercado financeiro encerrou a sexta-feira (24) dividido entre a cautela com as novas tarifas comerciais impostas pelos Estados Unidos. O dólar fechou praticamente estável frente ao real, e a bolsa caiu mais de 1,5%, pressionada pela queda no petróleo, que recuou em meio a expectativas de retomada das negociações entre EUA e Irã.



O ITCMD é um imposto que os estados cobram sobre a herança

Reforma
impulsiona
doações de
imóveis a herdeiros

Famílias se antecipam para evitar novas regras de transmissão de bens

Da Redação

A Reforma Tributária promulgada em dezembro de 2023 provocou um aumento no número de doações de imóveis em todo o país. Segundo o Colégio Notarial do Brasil (CNB), em 2025, foram registradas 185.861 escrituras públicas – um crescimento de 59% em comparação aos 116.225 atos formalizados em 2020.

Para especialistas, a “corrida” aos cartórios e à plataforma digital do CNB, o e-notariado, reflete uma crescente busca das famílias para antecipar a transferência de patrimônio, antes da entrada em vigor das novas regras do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).

O ITCMD é um imposto que os estados e o Distrito Federal cobram sobre a herança e a doação de bens ou direitos patrimoniais. Cada unidade federativa tem autonomia para definir seus próprios prazos e taxas.

Com a gradual entrada em vigor da Reforma Tributária, quanto maior for o valor do bem maior será o percentual das alíquotas do ITCMD, podendo chegar ao máximo de 8%.

A título de exemplo, no

Distrito Federal, o governo distrital cobra uma alíquota progressiva de 4% a 6% para heranças e doações, independentemente do valor do patrimônio transmitido. Em São Paulo, há dois projetos de lei em discussão na Assembleia Legislativa: um que reduz a alíquota progressiva atualmente cobrada no estado, limitando-a ao máximo de 4%, e outro que institui o teto de 8%.

Além disso, conforme o texto da Emenda nº 132/2023, que institui a Reforma Tributária, a base de cálculo do imposto passará a ser o valor de mercado do imóvel ou bem, e não mais seu valor patrimonial – geralmente, mais baixo.

“A expectativa é que esse volume de doações continue crescendo e, portanto, também as lavraturas de escrituras”, declarou, em nota, o presidente do CNB, Eduardo Calais.

Ainda segundo a entidade, que representa os mais de 9 mil notários e tabeliães do Brasil, o registro de escrituras públicas de doações de imóveis começou a aumentar já em 2020, antes mesmo da Reforma Tributária ser promulgada, mas se intensificou nos últimos anos, até atingir, em 2025, o maior número da série histórica.